

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: reXistências por via do acontecimento

Luiza Jaques Sestren^{a*} 
Gabriel Bueno^a 

^aFaculdade Cesusc, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: Este texto traz um relato de experiência advindo das atividades de uma orientadora social realizado no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de um Centro de Referência de Assistência Social (Cras) situado na Grande Florianópolis (SC). O serviço integrou 20 jovens com idade entre 12 e 18 anos no espaço de uma instituição de formação policial. Este trabalho analisará: (1) um acontecimento ocorrido na instituição policial; (2) quais foram os seus desdobramentos; e (3) como a orientadora social atuou na mediação do grupo. A análise da do relato de experiência e a mediação da orientadora social foram embasadas no conceito de acontecimento de Gilles Deleuze. No decorrer dos encontros, a instituição parceira do projeto adotou medidas disciplinares que desqualificavam a cultura proveniente dos cotidiano dos(as) jovens participantes, o que levou o grupo a constituir uma identidade coletiva a partir da resistência à violência simbólica. Assim, diante da situação-problema, tornou-se possível uma experiência de fortalecimentos de laços comunitários.

Palavras-chave: acontecimento, Suas, SCFV, relato de experiência, resistência.

Introdução

Este texto é um relato de experiência referente às atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de um Centro de Referência de Assistência Social (Cras) da Grande Florianópolis (SC). O projeto integrou 20 jovens de 12 a 18 anos de idade no espaço de uma instituição de formação policial. Aqui, analisar-se-á um acontecimento específico do campo de estágio, como ele se desenvolveu e como a estagiária – que assumiu no Cras a função de orientadora social – atuou na mediação do grupo.

A compreensão de *acontecimento* será embasada, sobretudo, na teoria de Gilles Deleuze (1969/1998), que traz o acontecimento em seu aspecto de “estrutura dupla”: concomitantemente à efetuação de um acontecimento, é necessário que haja uma contraefetuação nele. Nessa perspectiva, o acontecimento é o sentido que se dá na passagem de um estado de coisas a outro (Araújo, 2006).

O acontecimento deste relato de experiência foi possibilitado a partir de uma regra imposta pela instituição policial, a qual vetou o uso de boné em suas dependências. A regra imposta de forma autoritária foi experienciada pelos(as) jovens como uma violência simbólica em relação a sua cultura, carregada de uma visão estigmatizada dos hábitos e costumes que compõem seu cotidiano. Essa medida impositiva levou os(as) jovens a se unirem como grupo, fortalecendo

um sentimento de pertencimento e coletividade, impelindo-os a pensar, em conjunto, formas de resistência para defender seus valores e suas escolhas.

Este relato de experiência visa refletir quanto ao SCFV como um serviço alinhado a uma política que oportuniza a criação de espaços de articulação social entre os usuários do serviço e a sua comunidade, favorecendo que possíveis redes de articulação comunitária sejam estabelecidas. No entanto, haja vista a falta de profissionais, a escassez de recursos e o desmonte sistemático das políticas públicas voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade, o SCFV está ausente na maioria das unidades da Secretaria de Assistência Social (Marques, Roberto, Gonçalves, & Bernardes, 2019), e os grupos existentes estão sempre ameaçados de serem extintos.

Ao longo de sua história, algumas primícias da assistência social apresentavam um caráter de tutela, de amparo e auxílio no âmbito do assistencialismo, o que não possibilitava – para além das alterações momentâneas – mudanças estruturais na condição de vida das pessoas atendidas pelos serviços (Nogueira, 2015). Em seu início, apresentava-se como uma prática de ajuda provisória que, apesar de importante, não resultava em consequências transformadoras (Miron & Guareschi, 2017).

Somente com a Constituição Federal de 1988 (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1990*) a assistência social passou a ter caráter político e, assim, ser considerada uma política pública social, inserida no Sistema de Proteção Social e regulamentada com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)

* Endereço para correspondência: luizajapsi@gmail.com

(Lei nº 8.742, 1993), que propôs outro olhar para a assistência social: como política, voltou-se a ações coletivas que visam à garantia de direitos sociais (Silva & Corgozinho, 2011). Com sua afirmação pela Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica (NOB/Suas), o Suas foi efetivamente implementado em 2005.

A implementação da PNAS e do Suas possibilitou que a assistência social seja, atualmente, considerada uma “Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Lei nº 8.742, 1993). A nova concepção proposta pela Constituição Federal de 1988 apresenta um novo campo para a assistência social:

o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo do Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2004, p. 31)

A lógica de estruturação da proteção social, a partir da PNAS e Suas, é um aspecto que merece ser destacado. São dois os níveis apresentados pela assistência social: (1) a Proteção Social Especial (de alta e média complexidade); e (2) a Proteção Social Básica, a qual será destacada neste trabalho. Essa divisão busca atender de forma diferenciada e adequada às diferentes modalidades de “desproteções sociais” produzidas pela desigualdade social e pobreza próprias da sociedade capitalista contemporânea (Couto, Yazbek, Silva, & Raichelis, 2013).

Os serviços oferecidos pela proteção social especial de média complexidade são direcionados às famílias que têm seus direitos violados e que estão “em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (MDS, 2004, p. 37). As questões no âmbito da média complexidade necessitam, então, de intervenções relacionadas às estratégias de atenção sociofamiliar e buscam o reconhecimento da família como possível referência para o sujeito, visto que os vínculos familiares não foram inteiramente rompidos.

As questões referentes às situações de rompimento de vínculos familiares, sociais e comunitários são atendidas pelos serviços da proteção social especial de alta complexidade. Segundo a PNAS (MDS, 2004), os serviços buscam “proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para

famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (p. 38).

Já a proteção social básica busca a prevenção de situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos sociais, familiares e comunitários. Os serviços são oferecidos às famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social decorrentes “da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras)” (MDS, 2004, p. 33). Os programas e projetos referentes à proteção básica são oferecidos pelos Cras.

O Cras é uma unidade pública estatal de base territorial e oferece serviços às famílias em seus próprios contextos comunitários. De acordo com a PNAS, os serviços do Cras:

potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. (MDS, 2004, p. 36)

Esses serviços são oferecidos de acordo com seus níveis de complexidade e proteção e, por isso, são divididos em: (a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif); (b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e (c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Dessa forma, o SCFV é constituinte da proteção social básica e complementa o trabalho social realizado pela equipe do Paif com as famílias referenciadas pelos Cras, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social. A articulação entre esses serviços parte do entendimento de que o desenvolvimento de cada integrante de uma família tem ligação e estabelece afecções com o movimento do ciclo familiar (Romagnoli, 2018). Desse modo, o SCFV possibilita uma alternativa preventiva e protetora diante das possíveis situações de risco e vulnerabilidade refletidas no núcleo familiar (Silva, 2016).

O SCFV, assim como os demais serviços da proteção social básica, busca prevenir situações de risco social por meio “do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários” (Nogueira, 2015, p. 46) e possibilita “trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertença e de identidade” (MDS, 2016, p. 13).

O serviço preconiza a formação de grupos os quais devem ser constituídos de acordo com as necessidades dos participantes e o contexto das realidades presentes. Assim, os grupos podem ser formados por crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, conforme a necessidade do território. Em quaisquer dessas circunstâncias, deve-se manter a diversidade existente no contexto social cotidiano, a fim de garantir a participação de sujeitos de diferentes etnias e gêneros, assim como portadores de deficiência. A quantidade máxima de 30 integrantes nos grupos deve ser respeitada, para preservar o caráter do serviço, e essa quantidade varia de acordo com a complexidade das situações de vulnerabilidade de cada grupo (MDS, 2016).

O SCFV tem sua equipe constituída por um(a) técnico(a) de referência do Cras e por um(a) orientador(a) ou educador(a) social, conforme a descrição apresentada na Resolução CNAS nº 9/2014. O(a) orientador(a) social é responsável pela mediação dos grupos do SCFV e atua como referência aos(às) jovens e demais profissionais que desenvolvem as atividades, assim como facilitador(a) de situações estruturadas de aprendizagem e convívio social. Assim, deve explorar e desenvolver temas e conteúdos pertinentes aos interesses do grupo e que dialoguem com questões importantes da contemporaneidade (MDS, 2014).

A cartilha de orientações referente ao SCFV (MDS, 2016) destaca como atribuições do(a) orientador(a) social a organização das oficinas; o planejamento e desenvolvimento das atividades; o acompanhamento e orientação sobre a execução das atividades pelo grupo; a participação em reuniões de equipe, avaliação de processos e fluxos de trabalho; e o acompanhamento e registro da assiduidade dos participantes. O trabalho da orientação social atenta às questões sociais e às lutas pelas possíveis transformações nesses contextos (Macedo, Souza, & Contreras, 2017), ao ponto de ser considerado “sujeito comprometido com a luta das camadas populares” (Graciani, 2005, p. 29): dedica-se a divulgar informações e orientar a comunidade sobre seus direitos e deveres (Trilla, Romans, & Petrus, 2003). Para isso, Freitas (2002) pontua que, antes de o indivíduo ter acesso à cidadania plena, é necessário que ele se reconheça enquanto sujeito de direitos. É por via do conhecimento de seus direitos – assim como pelas reflexões e questionamentos sobre os lugares que ocupa na sociedade – que é possível pensar a própria realidade e lutar por eles.

A atuação do(a) orientador(a) social envolve, então, promover acolhida e escuta aos(às) participantes e atentar às situações de vulnerabilidades e riscos em que estão inseridos(as). Essa atuação pode se dar por via do compartilhamento de vivências e experiências entre os(as) integrantes do grupo, propiciando um espaço seguro para a troca de ideias e saberes (MDS, 2016). As atividades devem ser planejadas considerando as singularidades e peculiaridades do público atendido pelo serviço e as condições sociais e familiares em que cada participante está inserido(a), possibilitando o exercício do senso crítico

quanto ao lugar de cada sujeito na sociedade, para, assim, despertar possibilidades de mudança (Macedo et al., 2017). Essas atividades encontram-se entre os âmbitos social e educacional e têm o intuito de discutir questões sociais por meio de práticas culturais, esportivas, artesanais e técnicas promovidas pelos(as) orientadores(as) (Moura, Souza Neto, & Silva, 2009).

Neste relato de experiência, ao considerar o conceito de acontecimento como componente orientador da intervenção, a orientadora social precisou superar os métodos propostos pelo SCFV e apropriou-se de um fazer criativo – e criador – para trabalhar o que surgiu a partir do inesperado. Diante de um acontecimento que se mostra imprevisível e incalculável, a orientadora, assim como os(as) jovens participantes do serviço, deparou-se com o novo, que possibilita um lugar de experimentação onde é possível significar e ressignificar. É por essa via que surgem desvios e novos possíveis para o grupo; e é por essa via que o trabalho da orientadora se norteou.

A partir disso, o trabalho voltou-se aos questionamentos sobre as vivências do grupo – atravessadas por situação de vulnerabilidades e violências –, a fim de desnaturalizar e desestabilizar essas formas de opressão e, assim, ressignificar os conflitos e dificuldades em potencialidades e formas de resistência.

Acontecimento como abertura de possibilidades

A fim de proporcionar aos(às) jovens participantes do SCFV uma reflexão crítica referente ao lugar que ocupavam na instituição onde o serviço era realizado, o conceito de acontecimento foi um dispositivo operador da mediação realizada pela orientadora social. Acreditamos que, a partir de tal instrumento conceitual, foi possível desatar alguns posicionamentos cristalizados e alienantes para dar a vez a outras posições como sujeitos nas tramas das relações de poder incrustadas no social.

Deleuze (1969/1998) apresenta a conceito de acontecimento em seu aspecto de “estrutura dupla”: concomitantemente à efetuação de um acontecimento, é necessário que haja uma contra-efetuação nele. A partir de seu entendimento puro, o acontecimento surge por meio de uma vivência acidental, e por isso é o sentido que se dá na passagem de um estado de coisas a outro estado. Sem o acontecimento, não haveria sentido algum entre os estados, apenas um fluxo de instantes que não produziria diferença alguma (Araújo, 2006).

A contra-efetuação proposta por Deleuze acontece a partir das “multiplicidades concretas” (Cardoso Jr, 2005, p. 110). Nesse aspecto, é importante trabalhar a partir de um posicionamento fluido e produtor de multiplicidades – de pequenas brasas de possibilidades em meio às cinzas da estratificação –, no qual o que se (des)cobre é a amplitude das forças possíveis (Cardoso Jr, 2005). Viver em potência é o que nos faz operar no campo e constituir transformações no plano dos campos

de forças que nos atravessam; viver em potência é tomar a rédea do que fazer com o que nos acontece – o que só é possível por meio da problematização.

A história da humanidade percorre e acontece pela constituição de problemas: é por essa via que fazemos história; e o “dar-se conta” desse percurso e sua atividade assemelha-se à conquista da liberdade (Fonseca, Kirst, Oliveira, D’ávila, & Marsilac, 2006). Aqui, entendemos liberdade como “processos constantes de libertação dado no espaço do entre das relações; . . . sempre a se construir” (Araújo, 2006, p. 29) É um processo de desvencilhar-se de formas cristalizadas a partir de práticas criativas e, assim, encontrar formas outras de existir que componham um “corpo que resiste à submissão, contra todas as forças que, ao nos atravessarem, nos querem fracos, tristes, servos e tolos” (Romaguera & Wunder, 2016, pp. 132-133).

Tais quebras de entendimentos cristalizados podem produzir e ampliar-se em múltiplos outros acontecimentos, ainda por inventarem-se. Consiste em romper com a ideia de unicausalidade – que considera um único fato ou efeito – para abrir espaço a uma multiplicidade de práticas concomitantes: entendimento de *acontecimento* como gênese de múltiplas causas (Fonseca et al., 2006).

O acontecimento transfere o olhar àquilo que é conhecido no campo rumo às potencialidades da vida pela imersão no acaso – potencialidades estas que visam à produção de sentidos: “constitui-se nos agenciamentos, nos acoplamentos de ações, tempos e espaços, nos modos de subjetivação” (Fonseca et al., 2006, p. 659). Há, nesse sentido, certa bifurcação do acontecimento, em que nos deparamos tanto com as fixações das formas estratificadas, quanto com o devir e com aquilo que é inesperado – sorte que não pode ser antevista nem calculada, mas que, uma vez acontecida, eterniza-se em multiplicidades.

O acontecimento é aquilo que se dá por meio de fixações ou do inesperado: limites e fixações de fronteiras que se colocam na passagem de uma forma a outra (Lobo, 2004), mas que, como expõe Deleuze (1969/1998) ao citar Joe Busquet, “a meu gosto da morte, que era falência da vontade, eu substituirei um desejo de morrer que seja a apoteose da vontade” (p. 152). Assim, limites e fixações podem vir a ser superados por uma potência de fuga ativa e criativa (Deleuze & Guattari, 1980a/1995) que busca não propriamente o que aconteceu, mas algo *no* que acontece: o acontecimento (Deleuze, 1969/1998).

Deleuze (1969/1998) descreve o acontecimento como aquilo que está por vir de encontro ao que “acontece segundo as leis de uma obscura conformidade humorística” (p. 152). Há uma transmutação após o acontecimento que atravessa aquilo que é difícil, triste e pesado por meio de um esgotamento do possível e que salta em direção ao momento seguinte, em que se encontra a simplicidade (Araújo, 2006). Simplicidade que traz consigo aquilo que já quase não é lembrado, em que o antes esquecido abre espaço para novas possibilidades, novas formas de existir e de vida.

Assim, ainda segundo Araújo (2006), para tornar-se digno do acontecimento é necessário que haja uma “questão ética que transforma uma vontade ressentida que maldiz o acontecimento em uma vontade que passa a querer o acontecimento” (p. 49). Querer o acontecimento é romper com a homogeneidade e afirmar as diferenças e, por essa via, fugir de qualquer forma de identificação. É uma política que amplia as potências dos corpos e, segundo Lobo (2004), “um devir-deficiência que nada tem a dizer sobre o que os nossos corpos são, mas que afirmam o poder de se tornarem livres, soberanos e belos” (p. 204).

O que apresentaremos a seguir é como o conceito de acontecimento foi operado com o intuito de propiciar aos(as) jovens do SCFV outra posição como sujeitos e como grupo ao colidirem com relações de poder que os destituíam de certa autonomia e liberdade em relação aos seus corpos e costumes. Ao flertar com a morte – simbolizada pela estagnação ocasionada por regras infundadas, autoritarismo e relações estereotipadas –, os(as) jovens vieram a constituir linhas de fuga que lhes proporcionaram experiências de identidade compartilhada e de potência oriunda do coletivo.

Da opressão à reXistência

Em nossa experiência com os(as) jovens do SCFV, as mediações realizadas pela orientadora social buscaram oferecer condições de aberturas e possibilidades de produção do próprio saber por meio dos acontecimentos. O acontecimento consiste justamente nas condições de abertura para “tornar manifesto o que é dado como presente” (Heidegger, 1962/1995, p. 21-22). O autor relaciona o acontecimento como *epistemè*: dá condições de aparição do que é, considerando que essa manifestação é a própria produção do saber. Logo, o objetivo do trabalho como orientadora social foi possibilitar abertura de forças para além das técnicas profissionais: para o imponderável, para o novo que é inevitável.

As experiências relatadas neste texto fizeram parte de um projeto municipal que visava ampliar a presença do estado em um território da cidade que se mostrava com alto índice de violência. A partir de parcerias firmadas entre a prefeitura e a secretaria de estado da segurança pública, o espaço de uma instituição de formação policial foi disponibilizado para que os encontros do SCFV acontecessem.

As atividades propostas para as oficinas foram elaboradas, em um primeiro momento, pela equipe técnica do SCFV, composta pelo coordenador do serviço, pela orientadora social, pelosicineiros e por estagiários(as) do curso de psicologia. No entanto, advertidos de que a comunidade à qual seriam destinadas as oficinas deveria ser agente participante do processo de elaboração daquele momento, as atividades planejadas tinham o intuito de serem apenas pretextos para que, nas oficinas, desejos e demandas pudessem emergir. Assim, os encontros propostos procuravam deixar

margem para que acontecimentos se interpusessem ante a qualquer plano previamente estabelecido.

O cronograma das atividades do primeiro semestre do projeto previa as seguintes oficinas: Defesa Pessoal e Informática, ambas oferecidas pela própria instituição de formação policial; Protagonismo Cultural, oferecida por uma associação cultural; e Ética, Cultura e Cidadania, oferecida por um instituto de cunho religioso que realiza projetos sociais. Em todas as oficinas a orientadora social era a mediadora das relações entre os(as) jovens e os(as) oficinheiros(as) ou demais autoridades.

A instituição estabeleceu, *a priori*, algumas regras justificadas como medidas de segurança para acolher os(as) adolescentes: uma cor específica de roupa para identificação; circulação dos(as) jovens no espaço apenas com a presença da orientadora social e em grupo; e horário-limite para chegada à instituição e justificativa de responsáveis para a saída. No decorrer dos encontros, novas regras foram determinadas e, à medida que eram criadas, o espaço simbólico e territorial do grupo tornava-se mais restrito. Num primeiro momento, foi solicitado que o volume das músicas tocadas no momento do lanche fosse reduzido; posteriormente, o gênero musical *funk* foi proibido; o espaço físico destinado às atividades foi tornando-se mais limitado a cada semana, até o momento em que o grupo ocupava apenas algumas salas específicas; as vestimentas também foram sendo restringidas, ao ponto de ser proibida a entrada de jovens que vestissem boné.

Os(as) jovens que tinham como hábito utilizar bonés se esqueciam de retirá-lo antes de entrar nas dependências da instituição e, por isso, eram reprimidos e ameaçados pelos funcionários. Em determinada ocasião, um funcionário entrou na sala e, com arma na cintura, ameaçou expulsar do projeto aqueles que viessem a descumprir a regra. Após esse episódio, o grupo se dividiu entre aqueles que se viram atravessados pela sentença de morte e, açoitados pela violência simbólica perpetrada pelas autoridades, acabaram por se retirar do projeto, e outros que optaram pelas linhas de fuga e passaram a questionar as regras que desqualificavam seus valores e sua cultura.

A mobilização dos(as) jovens iniciou com reflexões dos lugares que cada um ocupava dentro e fora da instituição. Era permitido ou proibido a quem o uso do boné? Quais a função e o significado do boné para o sujeito que o usa? A partir desses questionamentos, os(as) jovens passaram a construir uma forma criativa de resistir àquilo que os desvalorizava. Eles(as) passaram a utilizar as oficinas de maneira singular, ainda que respeitassem a proposta de cada uma, e as rodas de conversa foram momentos de articulações do grupo para pensar formas de resistência. Muitas das ideias de resistência que surgiam nas discussões não eram viáveis mediante as formas de poder exercidas pela instituição ou não eram acolhidas pelo grande grupo. Foi preciso lidar com as relações de alteridade e divergências, aberturas

que laçaram os(as) jovens em direção a rompimentos, assim como a negociações.

Foi custoso o processo para compreenderem que conflitos oriundos das relações de alteridade têm em si uma força potente para exercerem atos de resistência. No entanto, não havia como fugir dessa dificuldade que é decorrente da coexistência de corpos, em que uma existência afirma a diferença que há entre as outras, e é nessa coexistência que são produzidas as dissonâncias e possíveis transformações de cada uma delas (Rolnik, 1995).

A proibição do uso de boné veio a ser significada pelos(as) jovens como uma violência contra seus hábitos culturais. A perseguição e a censura a esse símbolo da cultura dos(as) jovens participantes do projeto causou uma ruptura com o instituto e abriu uma fissura para se (re)pensar e (re)significar as relações de poder dentro da instituição, antes vivenciadas de forma naturalizada e acrítica. Assim, ao “dar-se conta” do lugar que cada um ocupava naquele contexto, pôde-se pensar em um enredo diferente para discutir e resistir às formas de opressão e violência da instituição, procurando vias para erigir a própria história, a própria cultura e o próprio movimento (Agamben, 2002). Foi notório que as regras não garantiam nem sustentavam mais nada, e os saberes daqueles(as) jovens transformaram-se em potência: uma força plástica de criação de novas formas de vida (Araújo, 2006).

Cada encontro passou a ser uma possibilidade diferente de (re)pensar o lugar de cada um(a) no contexto da instituição e na sociedade em geral. Por meio de rodas de conversa e oficinas estéticas, foi possível fazer dos encontros dispositivos que suscitassem outras visões de mundo a partir dos saberes e dizeres de cada jovem e, assim, possibilitar aberturas para novos devires, novos discursos, expressões, pontos de vista e modos de existir (Diederichsen, 2019).

As oficinas/dispositivos atuaram como redes, estabelecendo pontos entre o dito e o não dito, compondo processos de subjetivação que se utilizaram das redes de força presentes no campo: produção de si em relação com o contexto de existência e todos os processos englobados por ele – singular, histórico e coletivo. Deleuze e Guattari (1980a/1995) formularam o conceito de máquina de guerra, que consiste em um fluxo de afetos os quais traçam linhas de fuga criadoras e criativas para que seja possível a constituição de um espaço liso e o movimento do sujeito nesse espaço. Assim, movimentos artísticos e científicos – assim como a atuação da psicologia nos contextos socioinstitucionais – podem apresentar-se como uma possibilidade de máquina de guerra quando propõem traçar linhas de fuga criadoras.

Segundo Hur (2012) ao citar Deleuze, o dispositivo é uma máquina que consiste em agenciar e articular processos tanto de caráter homogêneos quanto heterogêneos. Essa máquina agencia as linhas de saber, de poder e de subjetivação. Deleuze e Guattari (1980a/1995) apresentam dois eixos: (I) horizontal, constituído por duas polaridades – (a) de *conteúdo*, referente à perspectiva maquínica e de

agenciamento de corpos, de ações e afecções; e (b) de *expressão*, a qual se refere ao agenciamento coletivo de enunciação e enunciados –; e (2) vertical, no qual o agenciamento se mostra tanto por uma perspectiva territorial, que territorializa o sujeito, fixando-o, quanto por outra, a desterritorialização, que é “o movimento pelo qual ‘se’ abandona o território. É a operação de linha de fuga” (Deleuze e Guattari, 1980b/1997, p. 224), viabilizando possibilidade de criação.

Os processos de territorialização e desterritorialização são inerentes um ao outro. A construção de territórios percorre essas duas instâncias: por via da expressividade de componentes que se tornaram somente funcionais no território, desterritorializam-se tais componentes para que possam ser territorializados novamente (Araújo, 2006). Nesse sentido, a máquina/dispositivo/oficinas oferece uma polaridade que se apresenta, por um lado, tendendo a fixações e, por outro, aberta à fluidez, às fissuras para possíveis produções de linhas de fuga (Hur, 2012).

O intuito dos encontros foi se delineando à medida que o grupo mergulhava intensamente no processo e criava novos rumos a serem trilhados: a cada acontecimento o grupo discutia-o e problematizava-o e, por essa via, reinventava-se e fortalecia-se. As oficinas funcionaram para encontrar, junto ao grupo, “possibilidades de passagem, de travessia daquilo que, de impensável e indizível, encontra uma brecha para deixar escoar a experiência vivida em uma narrativa possível” (Broide, 2017, p. 91). As oficinas buscavam desprender suas práticas das formas entranhadas do contexto e, ainda, garantir modos de existir a partir do acontecimento.

Durante uma atividade de colagem, um garoto foi fisgado por um recorte de revista com a fala do *rapper* Rappin’ Hood sobre a importância do boné na cultura dos(as) jovens:

Bonés refletem um jeito de pensar ou a falta de um. Bonés disfarçam cabelos bagunçados, mal penteados ou nada penteados. Bonés escondem o trote no primeiro dia de aula. Bonés podem fazer parte do corpo, sem que se lembrem que eles existem. Ainda assim, bonés são só bonés. Porque bonés não sabem e nunca vão saber o que acontece do lado de dentro da sua cabeça.

O que acontece “dentro da cabeça de cada um” foi discutido ao longo do projeto e, por essa via, passou a ser criada a possibilidade de uma potência, de uma força plástica de criação de novas formas de existir.

O projeto direcionou-se a esse processo de resistência à regra a ponto de, durante a oficina de *graffiti*, o grupo ser atravessado pela necessidade de criar uma identidade – não no sentido de uma identidade fixa, mas como forma de reconhecer todas as partes que compõem o grupo e de cada um que o constituiu, que “há uma inseparabilidade entre o espaço e a subjetividade, eles emergem concomitantes” (Araújo, 2006, p. 13).

Nesse sentido, concorda-se com Deleuze (2003/2016) que o Eu não é uma entidade a qual se atribuem significados sobre o mundo facto, mas é constituído pelas afecções do mundo. É nesse momento em que Deleuze e Guattari (1980a/1995) propõem um agenciamento, máquinas e multiplicidades “em que os processos de subjetivação resultam dessas múltiplas conexões” (Hur, 2012, p. 20). É a partir da diferença identitária que há abertura para a alteridade, que se faz como manifestação de tais diferenças, que possibilita abrimo-nos às diferenças que há no encontro com o outro e, por essa via, tornar-nos fluxo de criação de novas formas de existência e de novos modos de subjetivação (Rolnik, 1995).

A partir da familiaridade com a gíria “*bombeta*”, que significa “boné”, nasceu a “*Raça da Bombeta*”. O grupo criou coletivamente a imagem de uma bomba para identificá-la – uma das possíveis representações referentes à palavra “*bombeta*”, queimando e prestes a explodir. Na continuidade, os(as) jovens vieram a manifestar sua identidade em outros espaços: grafitaram diversos painéis e passaram a vender rifas com o intuito de comprar bonés e confeccioná-los com o símbolo do grupo. A lógica para resistir à opressão da instituição e o consequente apagamento das singularidades não se deu pelo confronto direto, mas, sim, pela criação de linhas de fuga, que possibilitaram não só a defesa da sua cultura, como também uma reinvenção de si, reXistindo naquele contexto (Zanella, Levitan, Almeida, & Furtado, 2012).

Em determinado momento do projeto, a entidade policial que nos abrigava informou que teríamos de encerrar as atividades e deixar o espaço. Apesar do ultimato, os(as) jovens continuaram a confecção dos bonés dentro da própria entidade e planejaram uma saída triunfante: todos usariam os bonés confeccionados no dia final do projeto. Não houve tempo hábil para realizar a saída icônica, pois em uma segunda-feira foi comunicado que na sexta-feira seguinte não poderíamos mais frequentar o espaço da instituição permanentemente.

Naquele momento, um novo acontecimento se apresentava. Não havia mais espaço físico para que acontecessem os encontros, duas das oficinas oferecidas pelo serviço eram realizadas por funcionários da instituição, e uma terceira parceria desvinculou-se do projeto ao sairmos do local. Diante dessa situação, tanto nós, da equipe técnica, quanto os(as) adolescentes nos deparamos com o novo, com um momento oportuno para novas experimentações. Situamo-nos em um momento sem regras impostas *a priori*, com contornos indeterminados, com um amplo campo possível de horizontes a serem percorridos. Esse paradoxo entre sentirmo-nos desamparados e, concomitantemente, vislumbrar novos horizontes mobilizou os(as) adolescentes a impulsionarem-se à potência de criação de algo novo.

Não havia outra possibilidade senão responder às exigências dessa experimentação, e isso incluiu reavaliarmos nosso percurso até então e qual seria nosso novo horizonte. Foi necessária uma pausa nas oficinas, alguns dias de interrupção para reorganização do serviço. A equipe do SCFV e os(as) adolescentes, em acomodações provisórias, pensaram nas possibilidades, em um novo cronograma e nas atividades às quais daríamos continuidade. Decidiu-se pela continuação de três oficinas: (1) Protagonismo Cultural; (2) Arte Urbana – em parceria com um centro de artes urbanas; e (3) Mundo do trabalho, oferecida por uma instituição de formação para o trabalho. O objetivo do projeto nesse segundo momento manteve como foco o fortalecimento da identidade do grupo e se desenrolou em direção à criação e à organização de um evento cultural na comunidade.

Nas oficinas de Arte Urbana, os(as) jovens criaram músicas, poemas e danças; desenvolveram habilidade e vocabulário para “duelar” por meio de rima, garantindo um espaço de dizibilidades para a transmissão de suas vivências e a permanência no tempo de suas histórias; criaram uma nova imagem para representar a “Raça da Bombeta” e para confeccionar camisetas serigrafadas e vendê-las no evento cultural.

O espaço da oficina de Protagonismo Cultural foi utilizado para grafitar murais e deixar as suas marcas pela cidade. Também iniciaram a organização do evento, utilizando-se da arte para elaborar uma campanha de divulgação. A oficina do Mundo do Trabalho foi, para além da montagem de currículo e da simulação de entrevista de emprego, utilizada para a organização do evento. Criaram-se e-mail e contas nas redes sociais representando a “Raça da Bombeta”, para que os(as) adolescentes entrassem em contato com instituições e pessoas que pudessem contribuir com o evento, assim como divulgar as produções do grupo e o evento.

O evento contou com a participação de empresas e instituições que forneceram alimento, camisetas, instrumentos de som, materiais de *graffiti*, entre outros produtos necessários. O encontro foi inundado por música, danças e tapumes grafitados. Em determinado momento, garotos da comunidade que não faziam parte do grupo proponente do evento riram em forma de deboche daqueles que batalhavam rimas. Um representante da “Raça da Bombeta” chamou-o para a batalha, mas o outro recusou e recuou. O grupo entendeu que as diferenças continuam presentes em quaisquer encontros, e são essas diferenças que criam, que nos tornam capazes de cada vez mais nos deixar afetar (Rolnik, 1995). Quanto mais nos afetamos, mais e maiores efeitos sofremos de tais diferenciações e mais aptos à criação estamos.

Os(as) adolescentes apropriaram-se do processo que resultou no evento cultural e na recriação de si próprios. Essas experiências são efeitos que emergiram dos atravessamentos de questões pessoais, institucionais,

sociais e políticas. A desterritorialização provocada pela proibição do uso de bonés, tornada pelo grupo como acontecimento criador, suscitou deslocamentos para lugares outros, diferentes daqueles que poderiam remeter a posições de aprisionamento. Acontecimento que fez de um encontro ordinário, fissuras que possibilitaram situar-se fora dos eixos estabelecidos, reinventando o contexto a si próprios por meio de atos de reXistências.

Conclusão

A orientadora social do grupo do SCFV buscou mediar os(as) adolescentes nos atravessamentos que o acontecimento vivenciado na instituição policial pudesse suscitar. Diante de uma situação de violência simbólica, referente à desqualificação, por parte da instituição, de um símbolo da cultura e singularidade daqueles(as) jovens, a orientadora social atentou às resistências possíveis para a afirmação dos valores, cultura e escolhas dos(as) jovens. Assim, o trabalho teve como horizonte a busca por alternativas de enfrentamento às violências simbólicas perpetradas no cotidiano, como também a reinvenção de si diante de tais desafios.

A orientadora social pôde intervir como facilitadora na identificação de possibilidades de mudanças e transformações por meio da conscientização dos sujeitos a partir dos enfrentamentos e dos desejos presentes no contexto concreto – entendendo-se que o dar-se conta permite que a pessoa constitua um novo saber sobre si e sobre seu lugar social. Há de se pensar a função da orientadora social – para além de facilitadora de situações estruturadas de aprendizagem e convívio social – tal qual uma agente que atua ética, estética e politicamente junto aos(às) jovens e que se encontra envolvida e implicada em cada encontro com o outro.

Os discursos e modos de resistência dos(as) jovens diante dos acontecimentos em que estiveram envolvidos manifestaram as divergências de valores presentes no campo. As transformações advindas desse dissenso apresentaram-se (in)tensas e demandaram tanto dos(as) jovens quanto da orientadora social um modo de fazer diferente do ordinário: um modo de fazer que possibilitasse que algo novo, estranho e diferente emergisse. A proposta inicial do SCFV – com suas oficinas, temáticas e objetivos específico – desmoronou. O projeto foi guiado por aquilo que veio dos encontros e foi moldado pelos atravessamentos do acontecimento, possibilitando que práticas de resistência, sentimento de pertencimento, criação de um evento cultural e a identidade de um coletivo eclodissem a partir do inesperado.

Destacamos que o desenvolvimento das relações de pertencimento vieram a favorecer o estabelecimento de vínculos afetivos e simbólicos entre os(as) jovens, lançados num projeto em comum que os unia como comunidade (Maurício & Bueno, 2019). Ao se perceberem

como pertencentes a determinado lugar e se dar conta de que esse lugar também lhes pertence, tal afetividade entre sujeito e contexto veio a abrir portas à transformação social e a outra perspectiva sobre as potências do coletivo que compunham.

Nesse sentido, o processo que se desenrolou a partir de um acontecimento apresentou aberturas e possibilidades a esses(as) jovens, a esse grupo – a “Raça da Bombeta” – e à orientadora social. Os(as) jovens fizeram-se ouvidos(as) por meio de processos de criação,

em que formas outras foram elaboradas, de maneira que transformaram uma situação de violência e apagamento em um potente modo de existir.

O conceito de acontecimento favoreceu a análise e a mediação da orientadora social, possibilitando que uma situação-problema afetasse aquele grupo como uma potente experiência comunitária e de resistência coletiva. Assim, foi possível concluir que o acontecimento se mostrou um gatilho para a criação de outros modos de ser para os participantes do grupo.

A public service for youth: community identity through resistance

Abstract: This paper discusses a situation that occurred in a public youth service for young people living in vulnerable city areas. The service worked with 20 young people aged between 12 and 18 years and the meetings took place at a police training institution. Inspired by Gilles Deleuze's theory, this text analyzes 1) an event that occurred at the police institution, 2) their consequences and 3) how the professional responsible dealt with the event in a group context. At some point in the meetings, the police training institution adopted disciplinary measures that disqualified the participants' culture, leading the group to create a collective identity to resist symbolic violence. Thus, a community gathering experience emerged in the face of the conflicted situation.

Keywords: youth, public service, resistance, community.

Un service public pour la jeunesse: l'identité communautaire par la résistance

Résumé: Le texte discute une situation survenue dans une fonction publique désignée pour accueillir des jeunes vivant dans des quartiers vulnérables. Le service comprenait 20 jeunes de 12 à 18 ans et les réunions se sont déroulées dans un établissement de formation policière. Inspirées par la théorie de Gilles Deleuze, ce texte analyse 1) un événement survenu dans l'institution policière, 2) qu'elles en ont été ses conséquences et 3) comment le professionnel responsable a agi pour faire face à l'événement dans un contexte de groupe. À un moment donné au cours des réunions, l'institution de formation a adopté des mesures disciplinaires qui disqualifiaient la culture des jeunes participants, ce qui a conduit le groupe à se forger une identité collective basée sur la résistance à la violence symbolique. Par conséquent, une expérience de rassemblement communautaire a émergé face à la situation conflictuelle.

Mots clés: jeunesse, service publique, résistance, communauté.

Un servicio público para los jóvenes: identidad comunitaria por vía de la resistencia

Resumen: El texto se refiere a una situación ocurrida en un servicio público designado para trabajar con jóvenes que viven en zonas vulnerables de la ciudad. El servicio incluyó a 20 jóvenes de entre 12 y 18 años y las reuniones se ubicaron en una institución de capacitación policial. Este texto analiza 1) un suceso que ocurrió en la institución policial, 2) cuáles fueron sus consecuencias y 3) cómo actuó el profesional responsable del servicio para enfrentar el suceso en un contexto grupal. El análisis de esta situación y la referencia teórica que apoyó los actos profesionales se inspiraron en la teoría de Gilles Deleuze. En algún momento de los encuentros, la institución de capacitación policial adoptó medidas disciplinarias que descalificaron la cultura de los jóvenes participantes, lo que llevó al grupo a constituir una identidad colectiva basada en la resistencia contra la violencia simbólica. Por lo tanto, ante la situación conflictiva, fue posible una experiencia de reunión comunitaria.

Palabras clave: jóvenes, servicio público, resistencia, comunidad.

Referência

Agamben, G. (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (Henrique Burigo, trad.). Belo Horizonte, MG: UFMG.

Araújo, F. (2006). *Um passeio esquizo pelo acompanhamento terapêutico: dos especialismos à política da amizade*

- (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1990). São Paulo, SP: Saraiva.
- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social: PNAS*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2014). *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2016). *Caderno de orientações sobre o PAIF e o SCFV: articulação necessária na proteção social básica*. Brasília, DF: Autor.
- Broide, E. E. (2017). A supervisão como interrogante da práxis clínica: desenho de analista e a transmissão em psicanálise. São Paulo, SP: Escuta.
- Cardoso Jr., H. R. (2005). Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. *Trans/Form/Ação*, 28(2), 105-116. doi: 10.1590/S0101-31732005000200007
- Couto, B. R., Yazbek, M. C., Silva, M. O. S., & Raichelis, R. (2013). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo, SP: Cortez.
- Deleuze, G. (1998). *Lógica do sentido*. São Paulo, SP: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1969)
- Deleuze, G. (2016). *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. São Paulo, SP: Editora 34. (Trabalho original publicado em 2003)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). São Paulo, SP: Editora 34. (Trabalho original publicado em 1980a)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5). São Paulo, SP: Editora 34. (Trabalho original publicado em 1980b)
- Diederichsen, M. C. (2019). Pesquisar com a arte: ética e estética da existência. *Educação & Realidade*, 44(4), e86743. doi: 10.1590/2175-623686743
- Fonseca, T. M. G., Kirst, P. G., Oliveira, A. M., D'ávila, M. F., & Marsilac, A. L. M. (2006). Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 655-660. doi: 10.1590/S1413-73722006000300022
- Freitas, F. F. B. (2002). Para além da “estadania” pensando a cidadania como categoria estratégica. In F. F. B. Freitas, P. S. C. Neves, & C. D. G. Rique (Orgs.), *Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos*. Recife, PE: Bagaço.
- Graciani, M. S. S. (2005). *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida* (5a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Heidegger, M. (1995). *Língua de tradição e língua técnica*. Lisboa: Passagens. (Trabalho original publicado em 1962)
- Hur, D. U. (2012). O dispositivo de grupo na esquizoanálise: tetraavalição e esquizodrama. *Vínculo: Revista do NESME*, 9(1), 18-26. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000100004
- Lobo, L. F. (2004). Pragmática e subjetivação: por uma ética impiedosa do acontecimento. *Psicologia em Estudo*, 9(200), 195-205. doi: 10.1590/S1413-73722004000200006
- Macedo, A. S., Souza, E. F., & Contreras, H. S. H. (2017). O planejamento socioeducativo do educador social em instituições de atendimentos a crianças em situação de vulnerabilidade social. In *Anais do Congresso Internacional de Pesquisadores e Profissionais da Educação Social*, Maringá, PR, Brasil.
- Marques, C. F., Roberto, N. L. B., Gonçalves, H. S., & Bernardes, A. G. (2019). O que significa o desmonte? Desmonte do que e para quem? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e225552. doi: 10.1590/1982-3703003225552
- Maurício, A., & Bueno, G. (2019). Psicologia social comunitária na escola: grêmios estudantil e pertencimento. *Rev. Polis e Psique*, 9(3), 231-248. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2019000300014
- Miron, A. X., & Guareschi, N. M. F. (2017). Compromisso social da psicologia e sistema único de assistência social: possíveis articulações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 349-362. doi: 10.1590/1982-3703000952014
- Moura, R., Souza Neto, J. C., & Silva, R. (2009). Pedagogia social como nova área de concentração. In R. Silva, J. C. Souza Neto, & R. Moura (Orgs.), *Pedagogia social* (pp. 307-312). São Paulo, SP: Expressão & Arte.
- Nogueira, T. L. (2015). *O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Distrito Federal – experiência da Casa de Ismael: Lar da Criança e do CRAS Sobradinho – DF* [Monografia de bacharelado]. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Rolnik, S. (1995). À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In M. C. R. Magalhães (Org.), *Na sombra da cidade* (pp. 141-170). São Paulo, SP: Escuta.
- Romagnoli, R. C. (2018). As relações entre as famílias e a equipe do CRAS. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 214-222. doi: 10.22409/1984-0292/v30i2/5516
- Romaguera, A. R. T., & Wunder, A. (2016). Políticas e poéticas do acontecimento: do silêncio a um risco de voz. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, 6(1), 124-146. doi: 10.1590/2237-266051077
- Silva, K. O. (2016). *O adolescente como sujeito da política de assistência social: a contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)* (Trabalho de conclusão de curso). Universidade de Brasília, Brasília.
- Silva, J. V., & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, Suas/CRAS e psicologia social comunitária:

possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23, 12-21. doi: 10.1590/S0102-71822011000400003

Trilla, J., Romans, M., & Petrus, A. (2003). *Profissão educador social*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Zanella, A. V., Levitan, D., Almeida, G. B., & Furtado, J. R. (2012). Sobre ReXistências. *Psicologia Política*,

12(24), 247-262. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200005&lng=pt&tlng=pt

Recebido: 18/03/2023
Aprovado: 07/04/2023